

TRABALHO, EDUCAÇÃO E POLÍTICA: DIÁLOGO COM O NÚMERO 42 DA REVISTA TRABALHO NECESSÁRIO¹

Olinda Evangelista²

Resumo

O texto originou-se de exposição por mim realizada por ocasião do lançamento da Revista Trabalho Necessário, número 42, de 2022, organizada por Rodrigo Lamosa e Marco Lamarão, cujo tema é O empresariamento da educação e o Estado-educador. Refere-se ao processo metarreflexivo sobre as análises apresentadas no volume pelos vários autores, tendo em vista assinalar as tendências e contribuições acerca do tema, ressaltadas as divergências teóricas. É comum às abordagens a defesa incontestada da escola pública em todas as suas formas, e a análise das estratégias da burguesia para a formação da juventude trabalhadora. São tratados os Aparelhos Privados de Hegemonia; as organizações multilaterais; os aparelhos de Estado; as TICs. No que toca diretamente ao assunto do dossiê, os autores discutiram empresariamento, privatização, mercantilização, mercadorização, financeirização, comoditização, relação público-privado, filantropização, capitalização, flexibilização e comercialização, evidenciando-se que são muitas as formas de refletir sobre a presença do capital na determinação das políticas educacionais no Brasil.

Palavras-chave: Educação pública; Política Educacional; Educação e Trabalho.

TRABAJO, EDUCACIÓN Y POLÍTICA: DIÁLOGO CON EL NÚMERO 42 DE LA REVISTA TRABALHO NECESSÁRIO

Resumen

El texto tiene su origen en una exposición que realicé con motivo del lanzamiento de la Revista Trabalho Necessário, número 42, 2022, organizada por Rodrigo Lamosa y Marco Lamarão, cuyo tema es Emprendimiento en la educación y el Estado-Educador. Se refiere al proceso metarreflexivo sobre los análisis presentados en el volumen por los diversos autores, con miras a señalar tendencias y aportes sobre el tema, respetando las divergencias teóricas. Son comunes a los planteamientos la defensa incontestable de la escuela pública en todas sus formas y el análisis de las estrategias de la burguesía para la formación de la juventud trabajadora. Se tratan los Aparatos Privados de Hegemonía; organizaciones multilaterales; aparatos estatales; las TIC. Con respecto directamente al tema del dossier, los autores discutieron el espíritu empresarial, la privatización, la mercantilización, la mercantilización, la financiarización, la mercantilización, las relaciones público-privadas, la filantropía, la capitalización, la flexibilidad y la comercialización, mostrando que hay muchas maneras de reflexionar sobre la presencia de capital en la determinación de las políticas educativas en Brasil.

Palabras clave: Educación pública; Política educativa; Educación y Trabajo.

WORK, EDUCATION AND POLITICS: DIALOGUE WITH NUMBER 42 OF REVISTA TRABALHO NECESSÁRIO

Abstract

The text originated from an exhibition I held on to the occasion of the launch of the Revista Trabalho Necessário, number 42, 2022, organized by Rodrigo Lamosa and Marco Lamarão, whose theme is Entrepreneurship in education and the Educator-State. It refers to the meta-reflexive process on the analyzes presented in the volume by the various authors, with a view to pointing out trends and contributions on the subject, with due regard for theoretical divergences. The uncontested defense of the public school in all its forms and the analysis of the bourgeoisie's strategies for the formation of working youth are common to the approaches. The Private Apparatuses of Hegemony are treated; multilateral organizations; state apparatuses; the ICTs. With regard directly to the subject of the dossier, the authors discussed entrepreneurship, privatization, commodification, commodification, financialization, commoditization, public-private relations, philanthropization, capitalization, flexibility, and commercialization, showing that there are many ways to reflect on the presence of capital in determining educational policies in Brazil.

Keywords: Public education; Educational politics; Education and Work.

¹ Ensaio recebido em 12/06/2023. Aprovado pelos editores em 13/06/2023. Publicado em 23/08/2023. DOI: <https://doi.org/10.22409/tn.v21i45.58769>

² Doutora em Educação. Professora Aposentada da UFSC. Membro do GIPE.

E-mail: olindaevangelista35@hotmail.com.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0652113284096519> . ORCID: <https://orcid.org/000-0001-5360-2521>.

Introdução

A tarefa de apresentar um dossiê no lançamento de uma revista é maravilhosa, ao mesmo tempo que grave. No caso da Revista *Trabalho Necessário*, ela se revestiu de maior importância. Manter uma revista de posições marxistas, de difusão de conhecimento científico, de reflexões lastreadas na materialidade histórica, no Brasil, é quase um ato heroico. Agradeço imensamente o convite de seus editores, dos organizadores do volume e ao Núcleo de Estudos, Documentação e Dados sobre Trabalho e Educação (Neddate), da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense, cuja contribuição para a educação pública é absolutamente reconhecida por aqueles que a defendem, e encontram na *Trabalho Necessário* fonte de pesquisa e de estudo. No caso do número 42, de 2022 – cujo tema é *O empresariamento da educação e o Estado-educador* –, organizado pelos professores e pesquisadores Rodrigo Lamosa e Marco Lamarão, celebramos a reunião de pesquisas fundamentais, vocacionadas a nos fazer pensar sobre a Política Educacional, as relações entre Educação e Trabalho e as articulações entre Estado, Sociedade Civil e Educação. Nenhum tema simples, mas enfrentados com coragem e estofo teórico.

Este texto (e sua apresentação oral) exigiu a leitura completa do dossiê e um processo metarreflexivo sobre as análises apresentadas pelos autores, nem sempre coincidentes quanto ao arcabouço conceitual utilizado. Certamente não alimentei a ideia de avaliar o dossiê, menos ainda de avaliar esta ou aquela perspectiva. O objetivo foi – e é – indicar as tendências que marcam esse âmbito do debate acadêmico e, se possível, suas contribuições.

Lamarão e Lamosa, na Apresentação, valem-se de uma epígrafe gramsciana segundo a qual “Somos conformistas de algum conformismo, somos sempre homens-massa ou homens-coletivos. O problema é o seguinte: qual é o tipo histórico de conformismo, de homem-massa do qual fazemos parte?” (GRAMSCI, 1999, p. 94). Esse excerto é clássico e coloca uma questão crucial: que entre os conformismos presentes, urge investir, teórica e praticamente, naquele que indica uma “filosofia que será própria do gênero humano mundialmente unificado”, qual seja, a filosofia da práxis. Com base na inquirição de Gramsci, na resposta que ofereceu e comprando a provocação dos dois organizadores do volume, pensei entender como cada um dos textos do dossiê respondeu ao problema gramsciano em tela. Em outras palavras, como contribuíram para compreender tal filosofia, para elucidá-la, para alimentá-la,

posto que está presente em todos os trabalhos, dando-lhe unidade, assim como deu sentido à homenagem à professora Lisete Arelaro, de São Paulo/SP, por ocasião do lançamento³.

É fato que estamos nas mesmas trincheiras. A primeira refere-se à defesa da educação pública, em todas as formas e níveis, como espaço contraditório e absolutamente fundamental para a formação da classe trabalhadora e para a formação humana. A segunda delas indica que trabalhamos, pesquisamos e nos municiamos, a nós e a outros, para a luta da classe trabalhadora. Esses dois pontos são consensuais no dossiê, conquanto haja diferentes abordagens, e o termo revolução não tenha aparecido. Os 41 autores do número 42, decididamente, contribuem para a formulação, articulação e concretização da filosofia da práxis, concepção que demanda a supressão das relações de exploração do trabalho pelo capital. Sendo este um ponto fulcral, a *Trabalho Necessário* criou uma espécie de fenda na relação capital-trabalho, abrindo um espectro de reflexões de largo alcance. As abordagens são vastas e fecundas, razões pelas quais é impossível tratar de todas em razão dos significativos esquadrinhamentos da materialidade histórica e das conseqüentes teorizações sobre ela. Considerei importante organizar minha exposição no lançamento, e neste texto, em grandes blocos de questões, posto que estava frente a um universo empírico da maior importância sobre o qual inúmeras e diferentes sínteses foram produzidas. São tendências analíticas presentes entre os estudiosos que publicaram no dossiê, não necessariamente convergentes, e dão indícios interessantes acerca da produção da área.

Os temas

O primeiro bloco aborda as estratégias de formação da juventude trabalhadora, a exemplo do Novo Ensino Médio (NEM), da formação profissional e dos cursos superiores de tecnologia⁴. São discutidos os interesses da Confederação Nacional da

³ Tamberlini, A. (2022). O legado de Lisete Arelaro: presente ontem, hoje e sempre em seus enredamentos com Paulo Freire. **Revista Trabalho Necessário**, 20(42), 01-37.

⁴ Rufino Castro, M., Gawryszewski, B., & Azevedo Dias, C. (2022). A ideologia do empreendedorismo na reforma do ensino médio brasileiro. **Revista Trabalho Necessário**, 20(42), 01-25; Souza, J. dos S. (2022). A educação superior enxuta e flexível como nicho promissor do mercado educacional. **Revista Trabalho Necessário**, 20(42), 01-27.; Accioly, I. B., da Silva Nascimento, L., & da Costa, K. . (2022). O “estranho casamento” entre ultraneoliberalismo e ultraconservadorismo e os ataques à universidade pública. **Revista Trabalho Necessário**, 20(42), 01-33.; Mendes da Costa Magalhães, R., & Rodrigues, A. (2022). BNCC, Instituto Ayrton Senna e Fundação Roberto Marinho: projetos educacionais para o

Indústria (CNI), da Fundação Roberto Marinho, do Instituto Ayrton Senna, organizações que sistematizam e difundem a vontade política burguesa; cada vez mais, elas se envolvem em projetos de formação da consciência dos trabalhadores. Esse âmbito tematiza a ação do capital por meio dessas formas organizativas, as quais podemos denominar de Aparelhos Privados de Hegemonia (APH) segundo a perspectiva gramsciana, e, é claro, por meio do aparelho de Estado. Além disso, as Organizações Sociais são evidenciadas como estratégias de privatização da escolarização pública, não obstante apareçam como “partilhadoras da gestão”, a exemplo do Projeto Somar, para o Ensino Médio de Minas Gerais. Os artigos que compõem esse primeiro bloco dão uma dimensão entristecida da política educativa, pois mostra o que se faz com a juventude no Brasil e em outros países latino-americanos. Ademais de estar endividada, caso dos que estão submetidos à ganância dos capitais de ensino, sua formação vem sendo subsumida à Teoria do Capital Humano em sua formulação contemporânea e, simultaneamente, a uma retomada de elementos da Escola Nova, como o ensino personalizado, as trilhas de aprendizagem, os itinerários formativos. Há uma sobrelevação das tecnologias e das tecnologias digitais, sob a forma de determinismo, em muito favorecida, do ponto de vista do capital, pela tragédia da Covid-19. Essa “janela de oportunidade” gerou no país uma associação específica para o ensino híbrido na educação básica – Associação Nacional de Educação Básica Híbrida (ANEBHI) – sob os auspícios burgueses e fomentada por intelectuais orgânicos ligados à social-democracia (VENCO; EVANGELISTA, 2020). Novas formas de intervenção sobre a educação da juventude foram produzidas durante a pandemia, que ceifou quase 700 mil vidas e embotou milhares de mentes⁵; a subsunção à hegemonia burguesa apareceu como único sentido a ser dado a esta etapa da Educação Básica.

ensino médio a partir da ótica das competências. **Revista Trabalho Necessário**, 20(42), 01-24; Pelissari, L. . (2022). Burguesia industrial e educação profissional: a Confederação Nacional da Indústria (CNI) na formação social brasileira. **Revista Trabalho Necessário**, 20(42); Araujo, F. (2022). O que está reservado ao trabalho docente nas IES privadas em tempos de automação do ensino? **Revista Trabalho Necessário**, 20(42), 01-17; Franz Willers, F. (2022). A contrarreforma do ensino médio como programa da CNI para a política educacional brasileira. **Revista Trabalho Necessário**, 20(42), 01-25. Kossak, A., & Vieira, N. (2022). Atuação do empresariado no novo ensino médio. **Revista Trabalho Necessário**, 20(42), 01-26.; Mendes da Costa Magalhães, R. (2022). O Instituto Ayrton Senna e o aprender a aprender: o esvaziamento da educação a partir das competências socioemocionais. **Revista Trabalho Necessário**, 20(42), 01-16. Fávero de Oliveira, T. (2022). Projeto Somar: diminuindo o público e multiplicando o privado no ensino médio em Minas Gerais. **Revista Trabalho Necessário**, 20(42), 01-23.

⁵Segundo dados publicados em março de 2023 na página do Governo Federal – <https://covid.saude.gov.br/> –, perdemos quase 700 mil vidas.

O segundo bloco⁶ relaciona-se aos artigos que pautam questões gerais da política da educação pública, como o debate em torno das competências socioemocionais, caso do Programa Volta ao Novo, do Instituto Ayrton Senna; das políticas de inovação implementadas pelo Centro de Inovação para a Educação Brasileira (CIEB), da Base Nacional Comum Curricular (BNCC); e da destruição da universidade pública no Brasil, em Angola, na Argentina e no Uruguai. Como no primeiro, está em causa a formação humana no Brasil, logo, a formação da classe trabalhadora, evidenciando-se que nossos problemas encontram elos com os vividos em Angola, Argentina e Uruguai. O Reuni Digital (EVANGELISTA; CHAVES, 2021) não foi mencionado, mas faz parte, sem qualquer dúvida, da “agenda de destruição” da universidade pública na qual ganha peso inarredável a expansão exponencial das formas remotas e híbridas na lida com estudantes e docentes. Até o momento não sabemos qual será seu desdobramento no Governo Lula (2023-2026) tendo em vista que os projetos mais claramente bolsonaristas, como o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM) (BRASIL, 2023), não foram revogados.

No terceiro bloco⁷ discutiu-se a formação docente, especialmente a proposta da Rede Latino-americana de Organizações da Sociedade Civil pela Educação (REDUCA) e os processos de filantropização da formação dos professores. Restou esclarecido que o capital constrói uma concepção de “crise da educação escolar” e, na sequência, a de crise da formação docente. A ambas os intelectuais orgânicos da burguesia oferecem como solução seus conteúdos e métodos, evidentemente derivados de suas necessidades de produção e reprodução da força de trabalho, física e mental, e de aumento de sua taxa de lucro. Ou seja, a crise atribuída à educação pública e à formação docente – com respingos sobre a Universidade pública – só seria resolvida se os interesses e as demandas do capital se realizarem. É claro que tal

⁶ Buza, A. G., Leher, R., e Canga, J. L. (2022). O público e o privado diante da mercantilização da educação em Angola. **Revista Trabalho Necessário**, 20(42), 01-29.; Ubal Camargo, M. (2022). Legado y actualidad de la reforma universitaria de Córdoba. **Revista Trabalho Necessário**, 20(42), 01-20; Mendes Da Costa Magalhães, R. (2022). O Instituto Ayrton Senna e o aprender a aprender: o esvaziamento da educação a partir das competências socioemocionais. **Revista Trabalho Necessário**, 20(42), 01-16.; DUARTE, P. (2022). Educação para o Século XXI e o Centro de Inovação para a Educação Brasileira (CIEB): uma conexão estratégica. **Revista Trabalho Necessário**, 20(42), 01-17.

⁷Estormovski, R. C., e Siqueira Esquinsani, R. S. (2022). A filantropização da educação como mecanismo de privatização da intelectualidade do professor. **Revista Trabalho Necessário**, 20(42), 01-27.; Cavadas Herdade, L. V., e Santana dos Santos, V. (2022). O projeto da Reduca para as políticas de formação inicial na agenda do capital na América Latina. **Revista Trabalho Necessário**, 20(42), 01-26.

solução esconde algumas determinações: 1) a formação docente foi entregue, pelo Estado, aos capitais de ensino debaixo do argumento de “democratização do acesso”, particularmente no segundo Governo Lula (2006-2010) (SEKI, 2021). Não custa lembrar que, em 2015, 61,7% das matrículas em licenciaturas estavam na esfera privada; na área da Pedagogia, atingiram a marca de 80,4% (EVANGELISTA et al, 2019); 2) as grandes escolas superiores particulares – como Cogna e Estácio de Sá – formam o professor majoritariamente na modalidade de Educação a Distância (EaD); 3) a EaD é uma estratégia política e econômica eficiente de desqualificação da formação docente, intervém sobre a consciência juvenil durante o processo de sua formação para a docência e depois, sob a forma de trabalhador, quando forma novos jovens; 4) essa modalidade impacta fundamentalmente o trabalho docente nas IES privadas em várias dimensões: de sua exploração, de sua precarização e de sua intensificação.

O quarto bloco⁸ põe em discussão a agenda educativa da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e do Banco Mundial, especialmente de seu braço denominado Instituição Financeira. Essas agências, ao lado da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), são unânimes ao decretarem a falência do ensino público e a existência de uma “crise de aprendizagem”. Com diferenças entre si, concordam, contudo, em fazer “renascer das cinzas” a “qualidade da educação”, mote de suas proposições para a política educacional do Estado. Os trabalhos que abordam essa problemática mostram que o capital tem projeto político definido para a formação humana no planeta e que age de modo imperialista, embora a apropriação de suas diretrizes pelos países respeite a correlação interna das forças políticas e econômicas em presença.

O *slogan* “qualidade de ensino”, presente nos documentos da Unesco e do Banco Mundial, também estão em APHs brasileiros ligados à educação. Foram referidos e analisados mais de 30 APHs, contribuição inestimável para a área. Estas Organizações da Sociedade Civil (OSC) proliferaram no Brasil, especialmente após os anos de 1990, e tiveram um grande crescimento a partir da década de 2010. Segundo dados do IPEA, de 2020, em nossa área, contabilizavam-se mais de 600

⁸ Pronko, M. (2022). Criando mercados de “oportunidades de aprendizagem”: a corporação financeira internacional e o exemplo da Coursera. **Revista Trabalho Necessário**, 20(42), 01-21.; de Souza, P., & Oto Shiroma, E. (2022). Análise da Agenda 2030: a educação como estratégia na captura do fundo público. **Revista Trabalho Necessário**, 20(42), 01-26.

OSCs, em sua grande maioria burguesas (EVANGELISTA, 2021). Isso significa que estamos frente a um sistema de gerenciamento externo-interno, em larga escala, que deveria enquadrar todos os meios de ensino, destravar as fontes potenciais de financiamento atingindo o fundo público e desbloqueando o suposto poder da educação pela via de seu “empoderamento” – falácia que agradou imensamente a certos segmentos médios.

As discussões relativas ao empresariamento, tema que gerou o dossiê, compõem o quinto bloco⁹. De forma central e às vezes só referida, a noção aparece separada ou junto a correlatas: privatização, mercantilização, mercadorização, financeirização, comoditização; relação público-privado; filantropização; capitalização; flexibilização; comercialização e empresariado. Poucos autores dedicaram-se a fundamentar e descrever o termo, o que indica que há debates e estudos a serem feitos para maior clareza quanto à sua capacidade explicativa, em especial, do fenômeno dos APHs burgueses. Alguns autores evidenciaram problemas na educação e os analisaram sem o uso do termo empresariamento.

O sexto ponto relaciona-se ao tema do Estado Educador, bastante presente na produção nacional da área nos anos de 1980 e 1990. Ele não foi desenvolvido por nenhum pesquisador, tendo aparecido apenas na Apresentação de Lamosa e Lamarão. Perguntei-me por que não foi pautado pelos pesquisadores. Sem entrar na sua pertinência como conceito explicativo do processo de demolição educativa que estamos vivendo, é preciso, pelo menos, indagar se tal conceito possibilita compreender as questões as quais temos contemporaneamente que responder no âmbito educacional.

Algumas observações

Ao sistematizar os blocos por temas, tendo em vista ordenar provisoriamente as tendências analíticas, algumas questões brotaram e considerei importante registrá-

⁹ Colares, A., & Imbiriba Sousa Colares, M. L. (2022). Educação mercadoria? Empresariamento? Defensores da educação como direito público, uni-vos! **Revista Trabalho Necessário**, 20(42), 01-22.; Pires de Andrade, M. C., e Cardoso da Motta, V. (2022). O empresariamento da educação de novo tipo e seus agentes: o empresariado educacional do tempo presente. **Revista Trabalho Necessário**, 20(42), 01-27.; Farias, A. M. (2022). Estado ampliado e o empresariamento da educação pública. **Revista Trabalho Necessário**, 20(42), 01-24.; Campos, R. A. (2022). O empresariamento da educação e o Golpe de 1964: uma proposta conceitual do abstrato ao concreto. **Revista Trabalho Necessário**, 20(42), 01-23; Kossak, A., & Vieira, N. (2022). Atuação do empresariado no novo ensino médio. **Revista Trabalho Necessário**, 20(42), 01-26.

las tendo em vista futuras reflexões ou contrapontos. Uma delas refere-se a uma ideia que percorre o dossiê: a de que o Brasil é subalterno às orientações internacionais e cumpre a cartilha do grande capital internacional, sem grandes mediações. Entendo que tal abordagem é um problema a resolver, um desafio teórico, qual seja, o de compreender o papel das organizações internacionais, e sua relação com as políticas públicas nacionais e com a burguesia local. Minha hipótese é a de que corremos o risco de negar o protagonismo subordinado da burguesia interna, como se o Brasil fosse apenas um cumpridor subserviente, e não tivesse qualquer poder na mesa das negociações, ainda que seja aquele de dizer “concordo”. Talvez valha a pena pensar sobre isso para não nos colocarmos na posição de submissos, sem perder de vista, é claro, a posição dependente e periférica do país e a ação do grande capital internacional, e suas estratégias de coerção e convencimento.

A segunda questão relaciona-se aos APHs. Algumas análises lançam mão da noção de empresariamento como categoria que explicaria a sua atuação e os interesses defendidos. Cotejando os textos que os discutiram, percebe-se que a posição dos APHs em relação à educação – pública, principalmente – foi explicada baseada na noção de privatização ou de relações público-privadas. Levantei esse problema porque alguns autores discutiram os APHs como uma estratégia particular de atuação da burguesia no âmbito da produção de políticas públicas para a educação e de sua propensão a lançar mão dos fundos públicos sem recorrer à noção de empresariamento, o que por si só não invalida o seu uso por outros autores.

Todavia, não pode sair de nossos horizontes os esforços de compreensão das estratégias utilizadas pela classe dominante para enraizar seu projeto político de domínio. Os APHs, de fato, intervêm sobre os espaços educativos, lançam mão do fundo público e passam por cima das equipes educacionais da administração estatal. Escrutinar esse movimento de organização da vontade política burguesa e entender seus moldes de ingerência sobre as escolas, por meio dos estados ou dos municípios, é uma demanda que está posta para nós pesquisadores. O projeto burguês afeta a escola de formas variadas; pela produção de material didático, incluindo os livros escolares, pelas tecnologias, pelas plataformas, pela formação de professores e pela gestão. Ao transformar a educação em bem mercadejável (GRANEMANN, 2009), o capital abriu um gigantesco nicho de negócios, puncionou o fundo público, endividou a juventude, criou fantasias inenarráveis – empregabilidade, empreendedorismo,

engajamento, empoderamento – que se transformam em bordões e, obviamente, penetram a escola e a cabeça de estudantes e professores. A pesquisa sobre o Google LLC¹⁰ é um exemplo do gigantismo da intervenção do capital sobre a esfera educativa. Colocar as decisões sobre política para a educação apenas no âmbito do Estado parece-me um reducionismo, e obscurece as relações econômicas presentes em suas determinações. O dossiê evidencia que é na totalidade da relação Estado-Sociedade Civil-Capital que encontraremos as determinações das políticas educacionais em curso.

O terceiro aspecto diz respeito ao levantamento das referências dos textos do dossiê¹¹; mais de 50% delas são nacionais. Pareceu-me evidente que temos um amadurecimento na área que possibilita recorrermos à produção nacional para teorizar, que temos um lastro forte, articulado, consistente, que nos permite tomar as determinações da materialidade no desvendamento dos fenômenos educativos. De outro lado, se forem somados os documentos oficiais, os de agências e os de APHs chegamos a mais de 25% do total das referências sob a forma de fontes documentais estudadas e apresentadas ao leitor. Essa informação é bastante importante de dois pontos de vista: 1) está a contrapelo de artigos ensaísticos ou referidos em autores de “confiança” sem o necessário diálogo fecundo e inquiridor com os dados da realidade. Thompson (1987) afirmava que “sem engajamento empírico não havia teoria”; o esforço dos investigadores em produzir análises, em teorizar com base em dados empíricos, na objetividade histórica, é fundamental e retira nossa produção de alguma forma de idealismo e abstracionismo. 2) De outro lado, há uma generosidade em indicar onde o problema foi visto, onde o dado foi encontrado, que rastros deixou para ser pensado. Um dos problemas que temos na pesquisa no Brasil justamente é a dificuldade de encontrar a documentação. Quando os autores oferecem a documentação sistematizada – abrindo o caminho das pedras – isso é um ato de nobreza incrível com os atuais e futuros pesquisadores.

Como quarto aspecto, ressalto que, nas abordagens em geral, com poucas exceções, houve mais remissões históricas à virada do Século XX para o XXI. Houve remissões ao Século XIX e ao começo do Século XX, mas a maior parte das alusões recaíram sobre a década de 90 do século XX, havendo um salto para o período do

¹⁰ Braga, L., e Rummert, S. (2022). O *Google Workspace for Education* (GWE): mercadoria e hegemonia na educação. *Revista Trabalho Necessário*, 20(42), 01-24.

¹¹ O trabalho de organização das referências foi feito por Giulia Molossi.

Governo de Bolsonaro. Ou seja, do advento do neoliberalismo – com Collor e FHC – para os anos de 2020. Raramente o Governo Lula apareceu, embora muitas das políticas analisadas tivessem passado por ele. Dessa forma, não ficou claro se a política educacional petista/lulista se esgotou como âmbito de estudos, ou se a conjuntura eleitoral e a polarização Lula *versus* Bolsonaro teria interferido nas análises, mostrando-se mais as barbáries do governo Bolsonaro. Alguns textos sequer mencionam os governos dos períodos que produziram as políticas de educação, outros datam os fenômenos em estudo do final do governo Dilma, 2016. Há, pois, um problema de datação histórica, de nomeação dos sujeitos históricos que produziram as políticas e uma certa preservação do governo Lula, tendência majoritária do dossiê. No que tange a esse ponto, no lançamento da Trabalho Necessário estávamos em campanha, e muitas concessões foram feitas dado que se tratava de frear o avanço das forças mais obscuras da nação, representadas no Bolsonarismo, mas com lastro em importantes segmentos burgueses. Passadas as eleições, é necessário afiar as armas da crítica e refinar nosso arcabouço conceitual para compreender os fios privatistas que movem o atual Ministério da Educação, em mãos de Camilo Santana, e sua proposta de “reforma da reforma do Ensino Médio” (UBES, 2023), assim como o movimento de “sobralização” (FREITAS, 2023) da educação pública brasileira.

Duas ideias a se mencionar

Certamente muitas ideias no dossiê são importantes e interessam aos pesquisadores. Realcei duas, em razão de meus interesses sobre a Sociedade Civil e os Aparelhos Privados de Hegemonia que atuam em seu interior. Adriana Medeiros formulou em seu artigo a noção de “frentes móveis empresariais” – assentada sobre a formulação de Dreifuss (1986) de “frentes móveis de ação” –, mostrando como os APHs se articulam ou se separam oportunamente, dependendo do problema educacional a ser modulado. Cita os casos da aprovação da BNCC, e do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), quando inúmeros Aparelhos se juntaram para enfrentar uma demanda, que era deles, e conquistar sua incorporação pelo currículo e pelo financiamento da escolarização no país. Gostaria de destacar que a segunda ideia que considere fecunda está no texto de Maria de Fátima Felix Rosar. Para ela, vivemos um movimento de “deslocalização dos processos educativos”, isto é,

proposições educativas que retiram o ensino e as formas escolares do seu lugar, abrindo novas formas de trabalho e novas formas de intervenção da burguesia, sendo uma delas os APHs. Estamos frente a uma forte tendência de educação não formal, hegemonicamente conduzida por Organizações Sociais, bem como estratégias de “certificação” de toda espécie de conteúdo. Não há dúvidas de que está em causa o rebaixamento generalizado da formação da juventude e seu apassivamento em termos de luta contra a tirania do capital. Tornar-se mão de obra dócil é o Sul que lhe é oferecido!

Há neste volume um chamado à luta e uma unanimidade em torno da defesa da escola pública como terreno de contradições, mas fundamental para a formação humana. Este chamado à luta nos alenta, estamos entre companheiros e temos a mesma divisa. Deixo registrada minha alegria de ter lido o dossiê, de ter participado do seu lançamento, de ter reforçado minha convicção de que é possível e necessário nos municiarmos para a luta revolucionária, conquanto ‘emancipação’ venha substituindo revolução – não tenho tanta certeza se isso é suficiente. Aos colegas do Neddate, aos colegas que organizaram o volume 42 e aos colegas que escreveram para ele: muito obrigada e vamos à luta.

Referências

BRASIL (MEC). **A Educação do Brasil ganhou reforço**. 2023. Disponível em: <http://escolacivicomilitar.mec.gov.br/>. Acesso em 14 de março de 2023.

DREIFUSS, R. **A Internacional Capitalista: Estratégias e táticas do empresariado transnacional (1918-1986)**. 2 ed., Rio de Janeiro: Editora Espaço e Tempo, 1986.

EVANGELISTA, O et al. (Orgs.). **Desventuras dos professores na formação para o capital**. 1. Campinas: Mercado das Letras, 2019.

EVANGELISTA, O.; CHAVES, P. M. Reuni Digital: página infeliz da nossa história. **Universidade à Esquerda**. 2021. Disponível em: <https://universidadeaesquerda.com.br/coluna/reuni-digital-pagina-infeliz-da-nossa-historia/>. Acesso em 14 de março de 2023.

EVANGELISTA, O.; SHIROMA, E. O. Subsídios teórico-metodológicos para o trabalho com documentos de política educacional: contribuições do marxismo. In: Georgia Cêa, Sonia Maria Rummert, Leonardo Gonçalves (Orgs.). **Trabalho e educação: interlocuções marxistas**. Rio Grande: Ed. da FURG, 2019.

FREITAS, L. C. MEC: “sobralizando” a educação brasileira. **Blog Avaliação Educacional**. Disponível em: <https://avaliacaoeducacional.com/2023/01/04/mec-sobralizando-a-educacao-brasileira/>. Acesso em 14 de março de 2023.

GRANEMANN, S. O processo de produção e reprodução social: trabalho e sociabilidade. In: CFESS; ABPESS. **Serviço Social – Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília, DF, 2009. p. 223-238.

SEKI, A. K. **O capital financeiro no Ensino Superior brasileiro (1990-2018)**. 1. Ed. Florianópolis: Editoria Em Debate & UFSC, 2021.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria**. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

UBES. **Atos Nacionais contra o Novo Ensino Médio: juntos pela revogação já!** 2023. Disponível em: <https://ubes.org.br/2023/ato-nacional-contra-o-novo-ensino-medio/>. Acesso em 14 de março de 2023.

VENCO, S.; EVANGELISTA, O. Crise sanitária e legado educacional: a cilada do ensino híbrido. **Universidade à Esquerda**. 2020. Disponível em: <https://universidadeaesquerda.com.br/coluna/crise-sanitaria-e-legado-educacional-a-cilada-do-ensino-hibrido/>. Acesso em 14 de março de 2023.